

Anuários Estatísticos Regionais

2019

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, disponibilizando um conjunto vasto de informação estatística à escala regional e municipal. Dos temas alvo de análise neste destaque salienta-se:

- **No Território**, em 2018, quase dois terços do Continente era ocupado por área florestal e agrícola, registando as regiões Centro e Norte as maiores proporções de floresta e de área agrícola, respetivamente.
- **Na População**, em 2019, o número de habitantes no país cresceu +0,19% face ao ano anterior, invertendo-se o sentido da variação anual da população ocorrida nos oito anos anteriores. Esta dinâmica positiva ocorreu em 9 das 25 sub-regiões do país, sendo mais expressiva na AML (+0,59%) e no Oeste (+0,54%).
- **Na Construção e habitação**, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve concentraram cerca de três quartos do total do valor dos prédios urbanos adquiridos por não residentes em Portugal.
- **Na Administração regional e local**, em 89 dos 308 municípios, a receita própria representou mais de 50% da receita total das operações não financeiras. Destacaram-se, com valores mais elevados os municípios de Lisboa, Lagoa e Albufeira.

A partir desta edição, os Anuários Estatísticos Regionais iniciam um novo formato de divulgação por subcapítulo permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das sete regiões NUTS II do país. Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#) encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação (ver nota técnica no final do destaque).

Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: Território, População, Construção e Habitação e Administração Regional e Local.

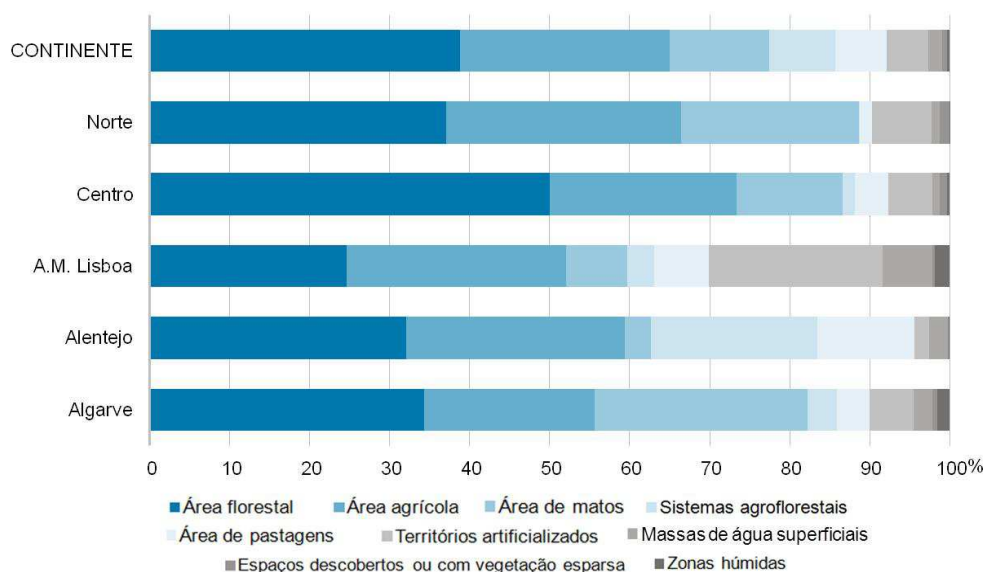
TERRITÓRIO

Em 2018, cerca de 38,8% da superfície do Continente correspondia a área florestal, 26,2% a área agrícola e 12,4% a área de matos. Ainda com uma proporção de superfície superior a 5% destacavam-se, no Continente, os sistemas agroflorestais (8,2%), a área de pastagens (6,4%) e os territórios artificializados (5,2%), sendo que as restantes três classes de uso e ocupação do solo – massas de água superficiais, espaços descobertos ou com pouca vegetação e zonas húmidas - representavam em conjunto cerca de 2,7% da superfície.

Ao nível regional, a região Centro apresentou a maior proporção de área florestal (50,1%) e a região Norte a maior proporção de área agrícola (29,3%), salientando-se que a presença desta última classe, área agrícola, era também significativa na Área Metropolitana de Lisboa (27,4%) e no Alentejo (27,3%).

A Área Metropolitana de Lisboa destacou-se também pela maior proporção de área de territórios artificializados (21,7%) e de massas de água superficiais (6,2%). A região do Alentejo apresentou a maior proporção de superfícies agroflorestais (20,8%) e área de pastagens (12,1%), enquanto o Algarve assinalou a maior extensão de área de matos (26,6%).

Figura 1 - Distribuição da superfície das unidades territoriais por classes de uso e ocupação do solo, Continente e NUTS II, 2018



Fonte: INE, I.P./DGT, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo.

A figura seguinte apresenta quocientes de localização¹ estimados ao nível do município e permite observar que, em 2018, se verificava uma maior expressão dos territórios artificializados num conjunto de municípios mais próximos do Litoral e no Algarve, bem como no município de Sines, salientando-se um conjunto de 16 municípios maioritariamente das áreas metropolitanas, mas também Paços de Ferreira e Entroncamento, onde a proporção de territórios artificializados era seis vezes superior à registada no Continente.

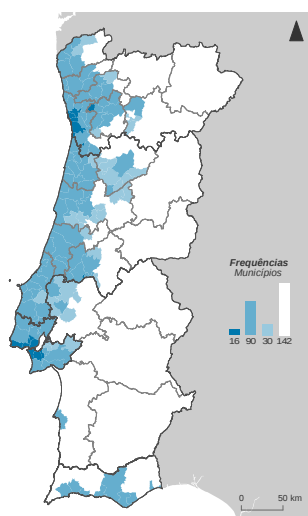
A área florestal assumia maior expressão em municípios do Centro, estendendo-se num contínuo territorial, a municípios do Norte – Arouca, Vale de Cambra, Castelo de Paiva – e a Sul, a municípios da Lezíria do Tejo e Alto-Alentejo. Apesar da sobrevalorização relativa da área agrícola em vários municípios dispersos do Continente, é possível identificar três zonas de maior concentração desta classe: em municípios das sub-regiões do Alentejo Central e Baixo Alentejo, da Lezíria do Tejo e do Oeste, e de Terras de Trás-os-Montes.

As áreas de matos assumiam maior expressão em municípios do Nordeste do Continente e no Algarve e as áreas de pastagens, sem expressão relativa nos municípios da região Norte, apresentavam presença nas restantes regiões do Continente, destacando-se a sobrevalorização desta classe em municípios do Alentejo. As superfícies agroflorestais tinham maior expressão em municípios do Alentejo, e ainda nos municípios de Alcochete, Castro Marim e Idanha-a-Nova.

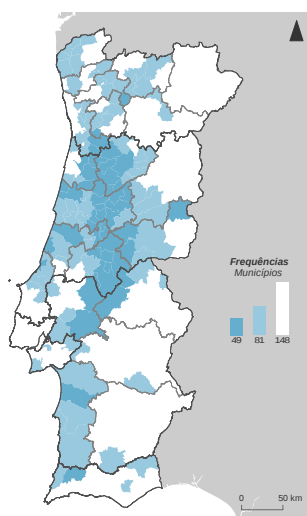
¹ Os Quocientes de Localização (QL) correspondem ao rácio entre a proporção de cada classe de uso e ocupação do solo nos municípios e a respetiva proporção no Continente. Assim, QL superiores a 1 indicam uma sobre-representação da classe relativamente ao contexto territorial de referência.
Anuários Estatísticos Regionais - 2019

Figura 2 - Quocientes de localização das classes de uso e ocupação do solo, município, 2018

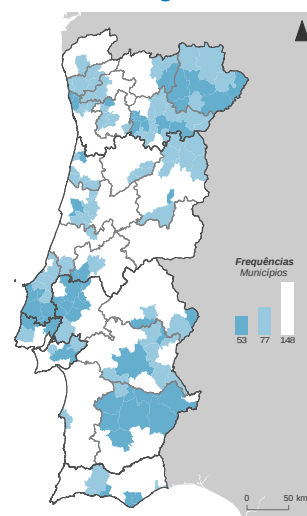
Territórios artificializados



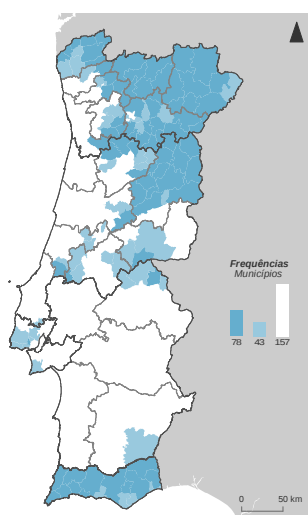
Área florestal



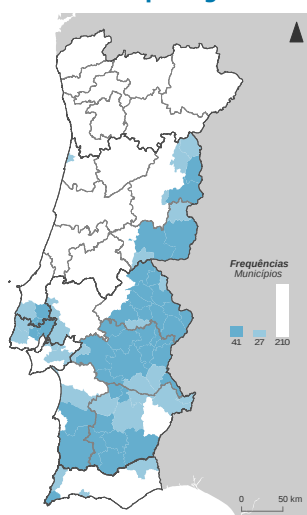
Área agrícola



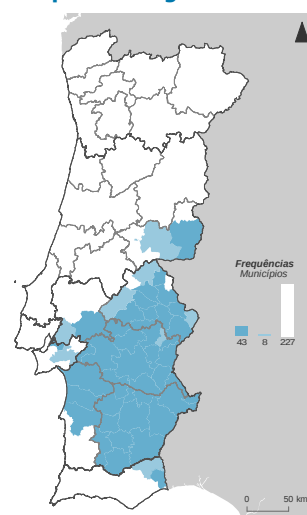
Área de matos



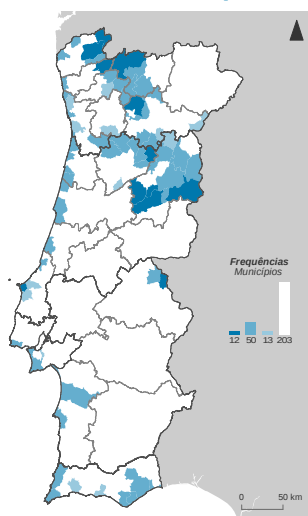
Área de pastagens



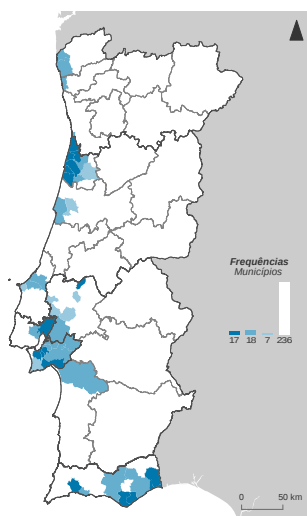
Superfícies Agroflorestais



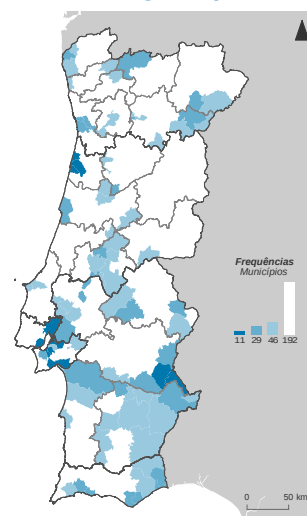
Espaços descobertos ou com pouca vegetação



Zonas húmidas



Massas de água superficiais



Quociente de localização (QL)

[0 ; 1,0] [1,0 ; 1,5] [1,5 ; 6,0] > 6,0

Limites territoriais

∩ NUTS II ∩ NUTS III

Fonte: INE, I.P./DGT, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo.

POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2019, foi estimada em 10 295 909 habitantes, o que representa um aumento de +0,19% face ao valor estimado para o ano anterior. Este resultado revelou uma inflexão no sentido da variação anual da população em relação à diminuição ocorrida nos oito anos anteriores.

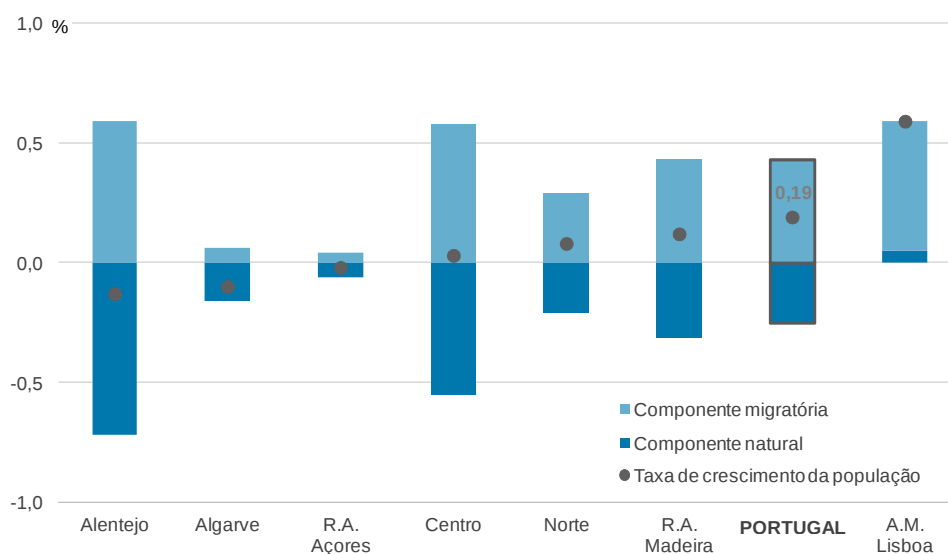
Entre 2018 e 2019, quatro regiões NUTS II apresentaram um aumento da respetiva população residente: Área Metropolitana de Lisboa (+0,59%), Região Autónoma da Madeira (+0,12%), Norte (+0,08%) e Centro (+0,03%). Por outro lado, o Alentejo (-0,13%), o Algarve (-0,10%) e a Região Autónoma dos Açores (-0,02%) registaram decréscimos populacionais.

O aumento da população residente em Portugal, em 2019, decorreu de uma variação positiva na componente migratória (+0,43%) – mais alta do que a tendência positiva ocorrida no ano anterior (+0,11%) –, atenuada pela diminuição na componente natural (-0,25%) – mantendo esta componente o resultado verificado no ano anterior.

A importância da componente migratória para o crescimento global do efetivo populacional estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, com particular relevância para as regiões do Alentejo, Centro e Área Metropolitana de Lisboa, com valores acima de +0,50%.

A Região Autónoma dos Açores (+0,04%) e do Algarve (+0,06%) foram as NUTS II que apresentaram o crescimento migratório mais baixo, ainda que positivo. Na componente natural do crescimento populacional, a única região com resultado positivo foi a Área Metropolitana de Lisboa (+0,05%). As restantes NUTS II apresentaram resultados de crescimento negativo, destacando-se, com os maiores decréscimos, o Alentejo (-0,72%) e o Centro (-0,55%).

Figura 3 - Taxa de crescimento efetivo da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2018/2019

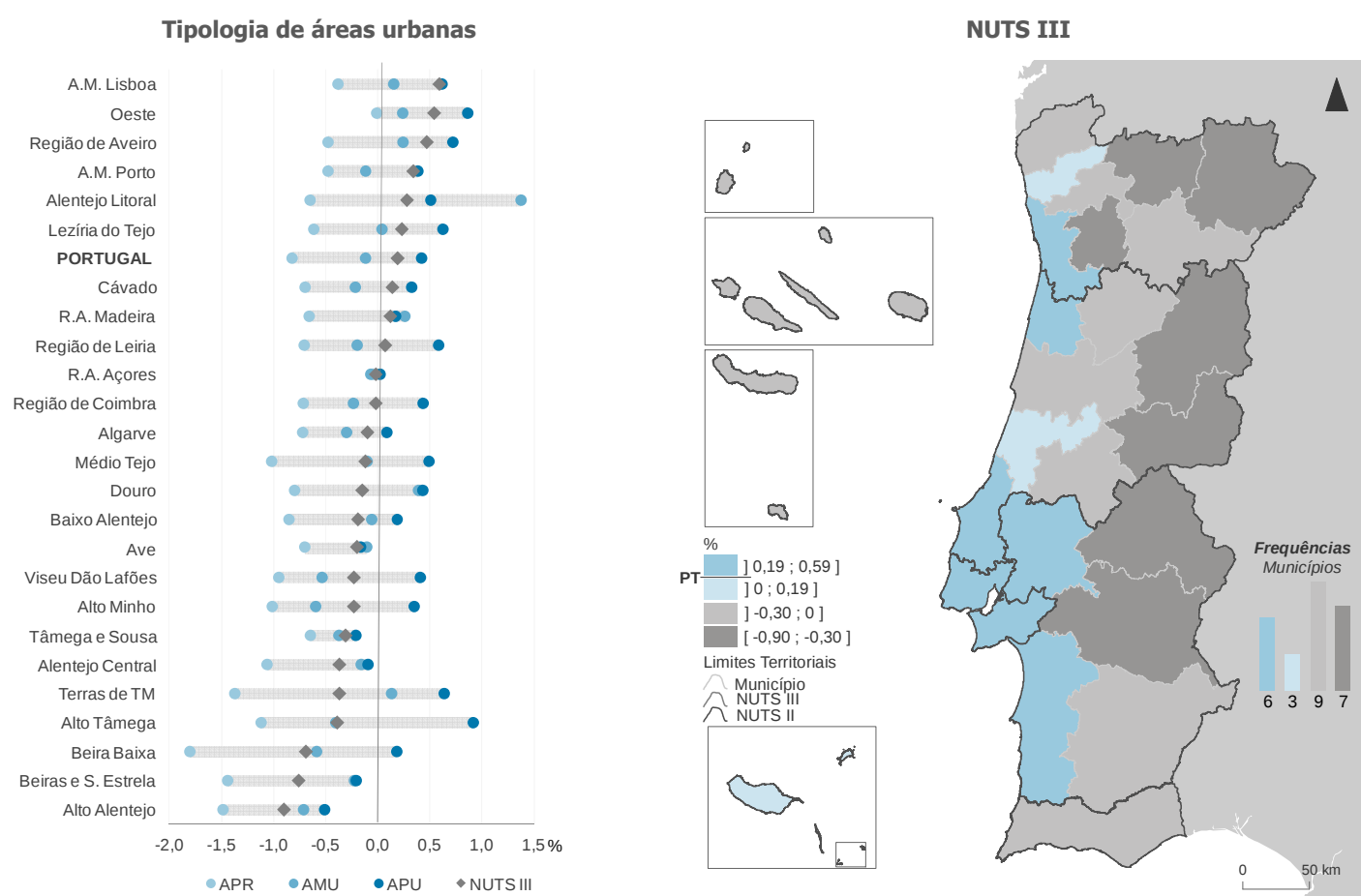


Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

Ao nível das NUTS III, verificou-se um aumento populacional em 9 das 25 NUTS III do país: Área Metropolitana de Lisboa (+0,59%), Oeste (+0,54%), Região de Aveiro (+0,47%), Área Metropolitana do Porto (+0,34%), Alentejo Litoral (+0,28%), Lezíria do Tejo (+0,23%), Cávado (+0,14%), Região Autónoma da Madeira (+0,12%) e Região de Leiria (+0,07%). As restantes sub-regiões apresentaram valores de crescimento efetivo negativo, com particular destaque para as regiões do Alto Alentejo, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa, com valores abaixo de -0,60%.

A diferenciação do crescimento populacional efetivo ocorrido em 2019 segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revela que, as áreas predominantemente urbanas registaram um crescimento populacional positivo de +0,42%, ao passo que as áreas mediantemente urbanas assim como as áreas predominantemente rurais apresentaram decréscimos de -0,12% e de -0,82%, respetivamente.

Figura 4 - Taxa de crescimento efetivo da população residente segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2018/2019



Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

As áreas predominantemente urbanas aumentaram a respetiva população em 20 das 25 regiões NUTS III do país, destacando-se com valores mais elevados, o Alto Tâmega (+0,91%) e o Oeste (+0,86%). As exceções foram Alto Alentejo, Tâmega e Sousa, Beiras e Serra da Estrela, Ave e Alentejo Central. Por comparação, as áreas mediantemente urbanas aumentaram a respetiva população em apenas oito das NUTS III do país – destacando-se o Alentejo Litoral (+1,37%) –, ao passo que as áreas predominantemente rurais diminuíram a respetiva população em todas as NUTS III do país. Com variação negativa nas áreas predominantemente rurais destacaram-se 8 NUTS III, com taxas de crescimento negativa abaixo de -1%: Beira Baixa, Alto Alentejo, Beiras e Serra da Estrela, Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega, Alentejo Central, Médio Tejo e Alto Minho.

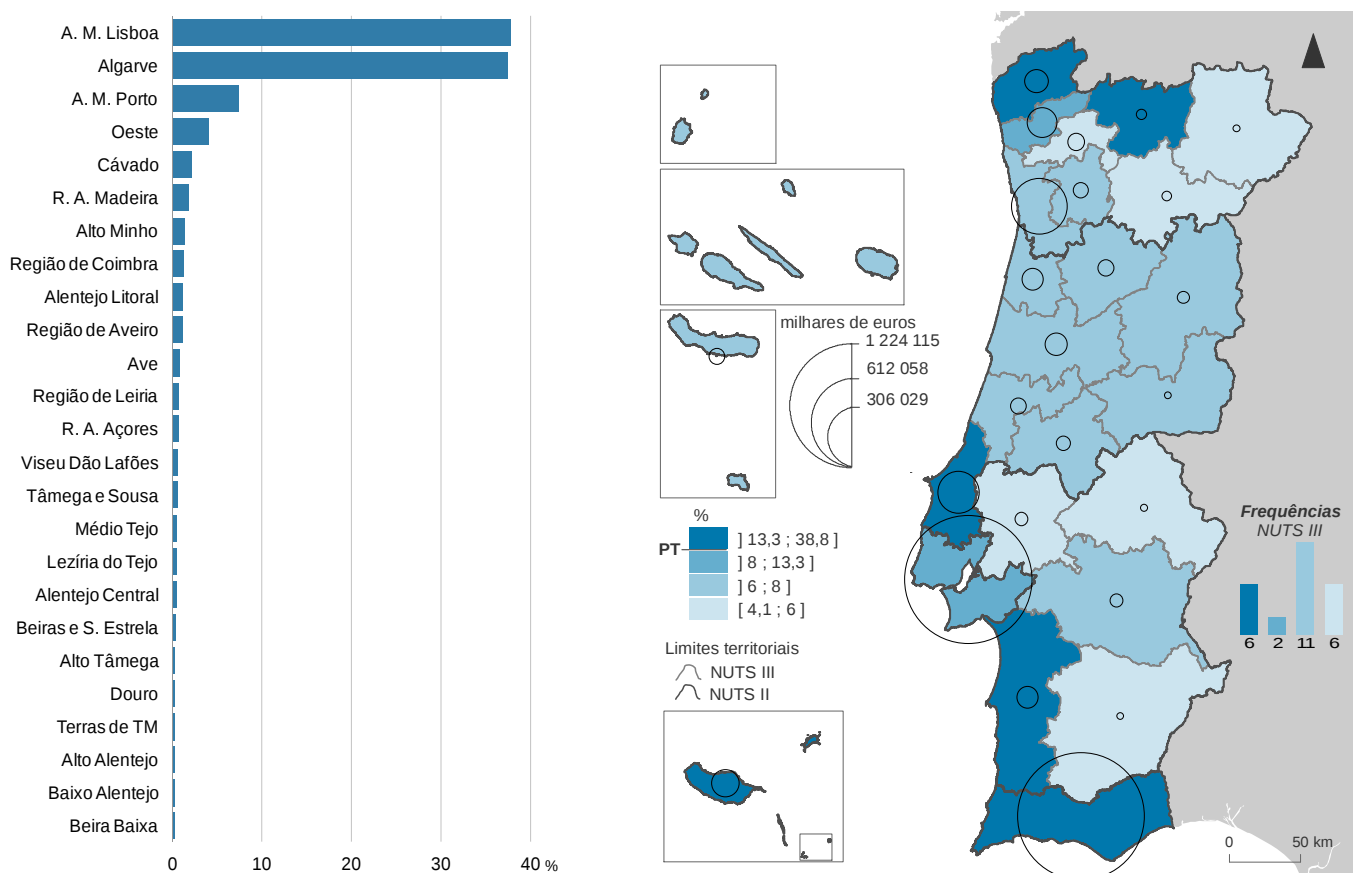
As NUTS III do Alto Tâmega e de Terras de Trás-os-Montes foram as sub-regiões que, em 2019, registaram maior disparidade no crescimento populacional entre as áreas predominantemente urbanas e as áreas predominantemente rurais, medida pela diferença entre as respetivas taxas de crescimento efetivo.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Em 2019, a sub-região do Algarve destacou-se por apresentar a maior proporção do valor das transações de prédios urbanos adquiridos por não residentes (38,8%) em relação ao valor total dos prédios urbanos transacionados. Além do Algarve, também as sub-regiões do Oeste (18,2%), Alentejo Litoral (15,0%), Alto Minho (14,8%), Alto Tâmega (14,3%) e, Região Autónoma da Madeira (13,4%) registaram proporções superiores ao valor nacional (13,3%). Nas sub-regiões do Baixo Alentejo (4,1%), Lezíria do Tejo (4,3%), Terras de Trás-os-Montes (4,7%), Alto Alentejo (5,4%), Douro (5,6%) e Ave (5,7%) verificaram-se os valores mais baixos neste indicador, inferiores a 6%.

A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve registaram, em 2019, cerca de três quartos do total do valor dos prédios urbanos adquiridos por não residentes em Portugal. A Área Metropolitana de Lisboa, apesar da proporção do valor das transações de imóveis adquiridos por não residentes ter sido inferior à média nacional (10,5% e 13,3%, respetivamente) foi a sub-região que mais contribuiu para o total do valor dos prédios urbanos adquiridos por não residentes em Portugal (1 224 115 milhares de euros o que correspondia a cerca de 38% do total).

Figura 5 – Contributo, Valor e Proporção do valor dos prédios urbanos adquiridos por não residentes, NUTS III, 2019



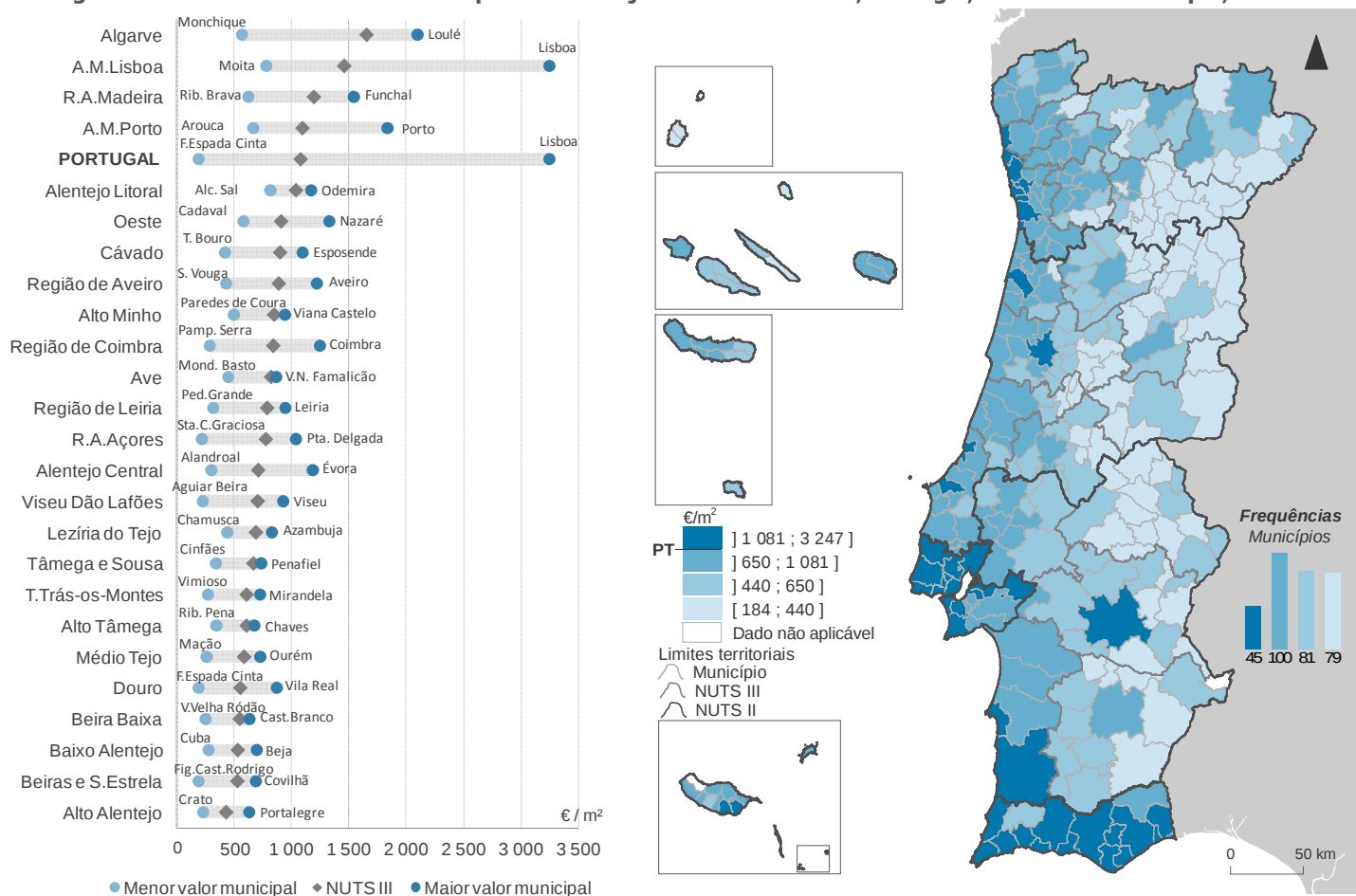
Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça.

Em 2019, o preço mediano de alojamentos familiares em Portugal foi 1 081 €/m² destacando-se, com valores acima da média nacional, as regiões do Algarve (1 655 €/m²), Área Metropolitana de Lisboa (1 460 €/m²), Região Autónoma da Madeira (1 196 €/m²) e a Área Metropolitana do Porto (1 097 €/m²).

No período em análise, 45 municípios apresentaram um preço mediano superior ao valor nacional, localizados maioritariamente nas sub-regiões Algarve (14 em 16 municípios) e Área Metropolitana de Lisboa (14 em 18). O município de Lisboa (3 247 €/m²) registou o preço mais elevado do país. Verificaram-se também valores superiores a 1 500 €/m² em Cascais (2 596 €/m²), Oeiras (2 234 €/m²), Loulé (2 099 €/m²), Lagos (1 923 €/m²), Albufeira (1 914 €/m²), Porto (1 837 €/m²), Tavira (1 806 €/m²), Odivelas (1 781 €/m²), Loures (1 627 €/m²), Lagoa (1 626 €/m²), Faro (1 600 €/m²), Vila Real de Santo António (1 574 €/m²), Aljezur (1 547 €/m²), Funchal (1 544 €/m²), Almada (1 515 €/m²) e Silves (1 504 €/m²).

A Área Metropolitana de Lisboa foi a sub-região com a maior amplitude de preços entre municípios (2 466 €/m²): o menor valor registou-se na Moita (781 €/m²) e o maior em Lisboa. O Algarve e a Área Metropolitana do Porto apresentaram também diferenciais de preços entre municípios superiores a 1 000 €/m².

Figura 6 - Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, Portugal, NUTS III e município, 2019



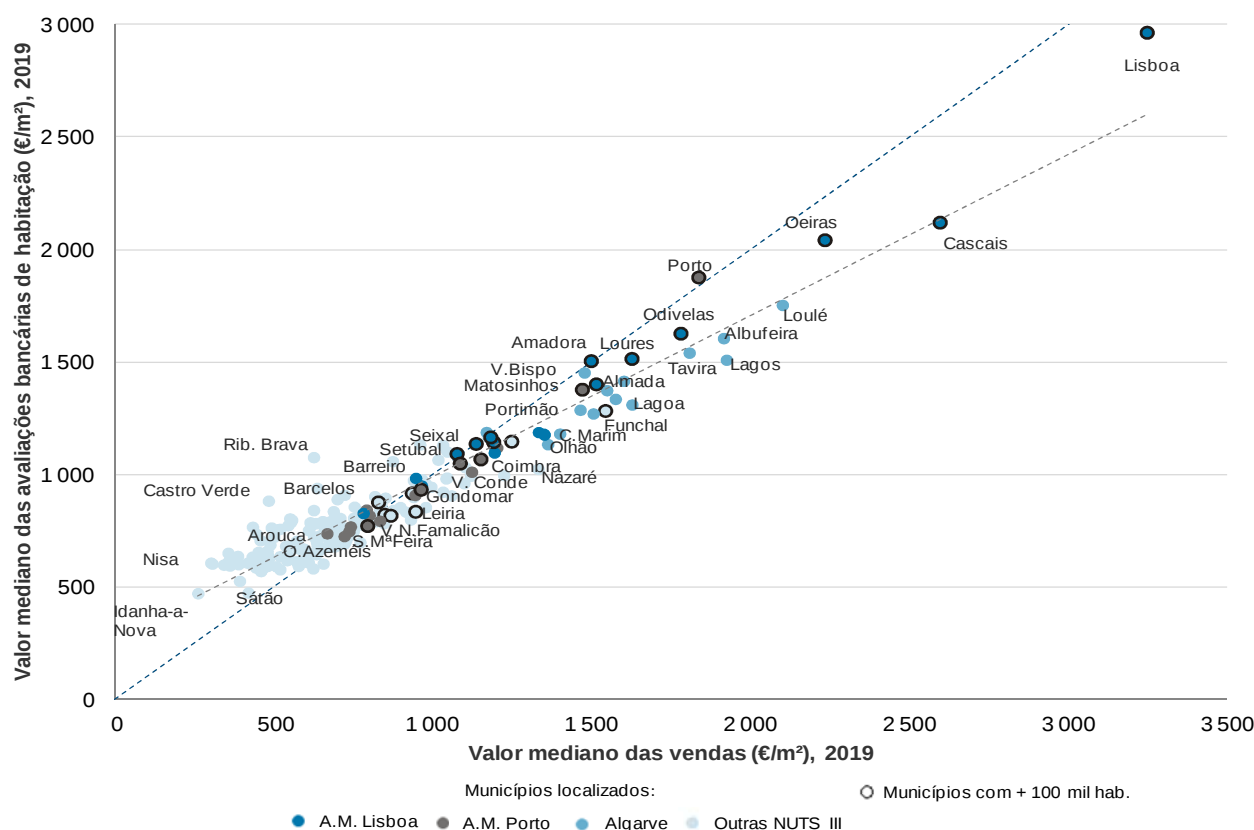
Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local.

A Figura seguinte representa a posição dos municípios num referencial que conjuga o valor por m² das avaliações bancárias na habitação (eixo das ordenadas) com o preço por m² das aquisições de habitação (eixo das abcissas). Os municípios de Lisboa, Cascais e Oeiras destacam-se por apresentarem os valores por m² mais elevados de avaliação bancária e de aquisição de habitação.

No gráfico foram traçadas duas linhas: a de cor azul, a bisetritz, representa a igualdade de valores entre os dois indicadores; a outra linha, a cinzento, representa a relação tendencial entre os dois indicadores nos 219 municípios com dados em 2019. A comparação entre estas duas linhas sugere, tendencialmente, um valor menor de avaliação relativamente aos preços de transação em municípios com preço mediano superiores a 961 €/m².

Tendo como referência a bisetritz, verificam-se menores valores medianos de avaliação bancária relativamente aos preços, na generalidade dos municípios do Algarve (13 em 14 municípios representados), da Área Metropolitana de Lisboa (14 em 18 municípios) e da Área Metropolitana do Porto (10 em 17). Neste contexto, salientam-se em particular os municípios de Cascais (-477 €/m² face ao preço) e Lisboa (-284 €/m²) na AML e de Lagos (-413 €/m²), Loulé (-345 €/m²), Lagoa (-315 €/m²) e Albufeira (-308 €/m²), no Algarve, posicionados no gráfico abaixo da linha azul.

Figura 7 - Valor mediano das avaliações bancárias na habitação por m² e preço mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, município, 2019



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local e Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

A informação provisória proveniente da prestação de contas das câmaras municipais revela que, em 2019, a receita das operações não financeiras² das câmaras municipais foi superior à despesa, registando um saldo positivo de cerca de 562 milhões de euros. Nesse ano, 41,3% da receita de operações não financeiras das câmaras municipais era proveniente de impostos³ e 23,6% de transferências recebidas do Estado através de fundos municipais. As regiões NUTS II que se destacaram por terem um peso mais significativo dos impostos no total da receita foram a Área Metropolitana de Lisboa (55,1%), o Algarve (55,0%) e o Norte (38,2%). Por outro lado, os fundos municipais representaram a maior parcela da receita das operações não financeiras na Região Autónoma dos Açores (48,5%), no Alentejo (44,9%) e no Centro (34,2%).

Em 2019, em 89 dos 308 municípios, a receita própria⁴ representava mais de metade da receita total das operações não financeiras. As câmaras municipais que apresentaram maior peso da receita própria no total de receita – superior a

² A receita das operações não financeiras corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, correspondendo à soma dos capítulos da classificação económica da receita orçamental, com exclusão dos ativos financeiros e dos passivos financeiros.

³ Para o cálculo deste indicador foram considerados os seguintes impostos: Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Derrama.

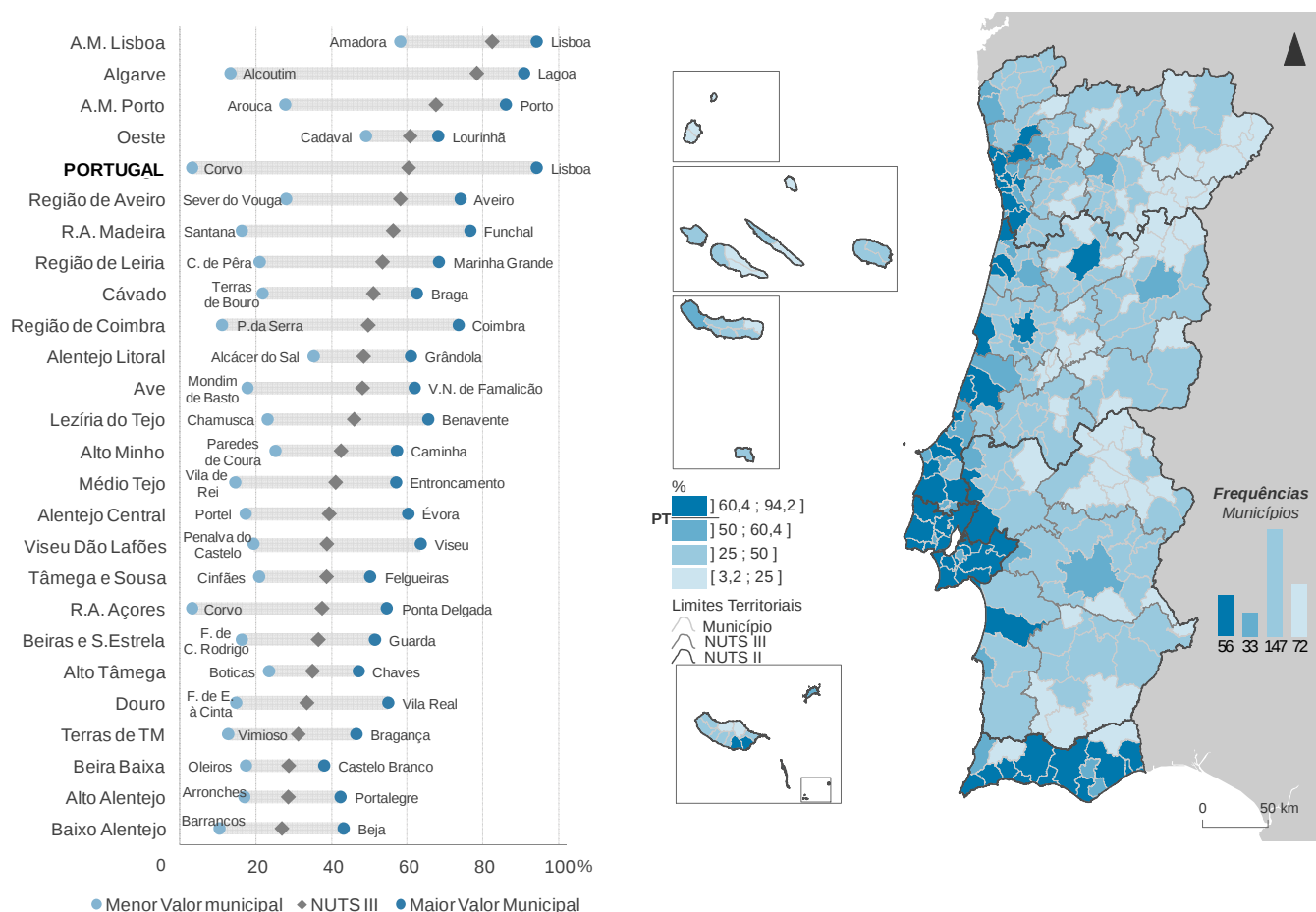
⁴ A receita própria engloba a receita proveniente de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, vendas de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

90% – foram Lisboa (94,2%), Lagoa (90,9%) e Albufeira (90,6%), evidenciando, assim, um menor grau de dependência financeira.

A análise por município permite destacar o Litoral do Continente com proporções mais elevadas neste indicador evidenciando-se os dois territórios metropolitanos centrados em Lisboa e no Porto, e a maioria dos municípios da região do Algarve. Na Área Metropolitana de Lisboa destaca-se o facto da receita própria representar mais de 50% da receita total das operações não financeiras em todos os municípios. Na Região Autónoma da Madeira destacavam-se, com maior autonomia financeira, as câmaras municipais do Funchal (76,7%), Santa Cruz (68,7%) e Porto Santo (57,4%). Na Região Autónoma dos Açores apenas no município de Ponta Delgada a receita própria representava mais de metade do valor total da receita (54,6%).

O Algarve foi a sub-região que, em 2019, apresentou a maior assimetria entre municípios considerando o peso da receita própria no total de receitas das operações não financeiras das câmaras municipais: o menor valor registou-se no município de Alcoutim (13,3%) e o maior em Lagoa (90,9%).

Figura 8 - Receita própria no total de receita das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2019 Po



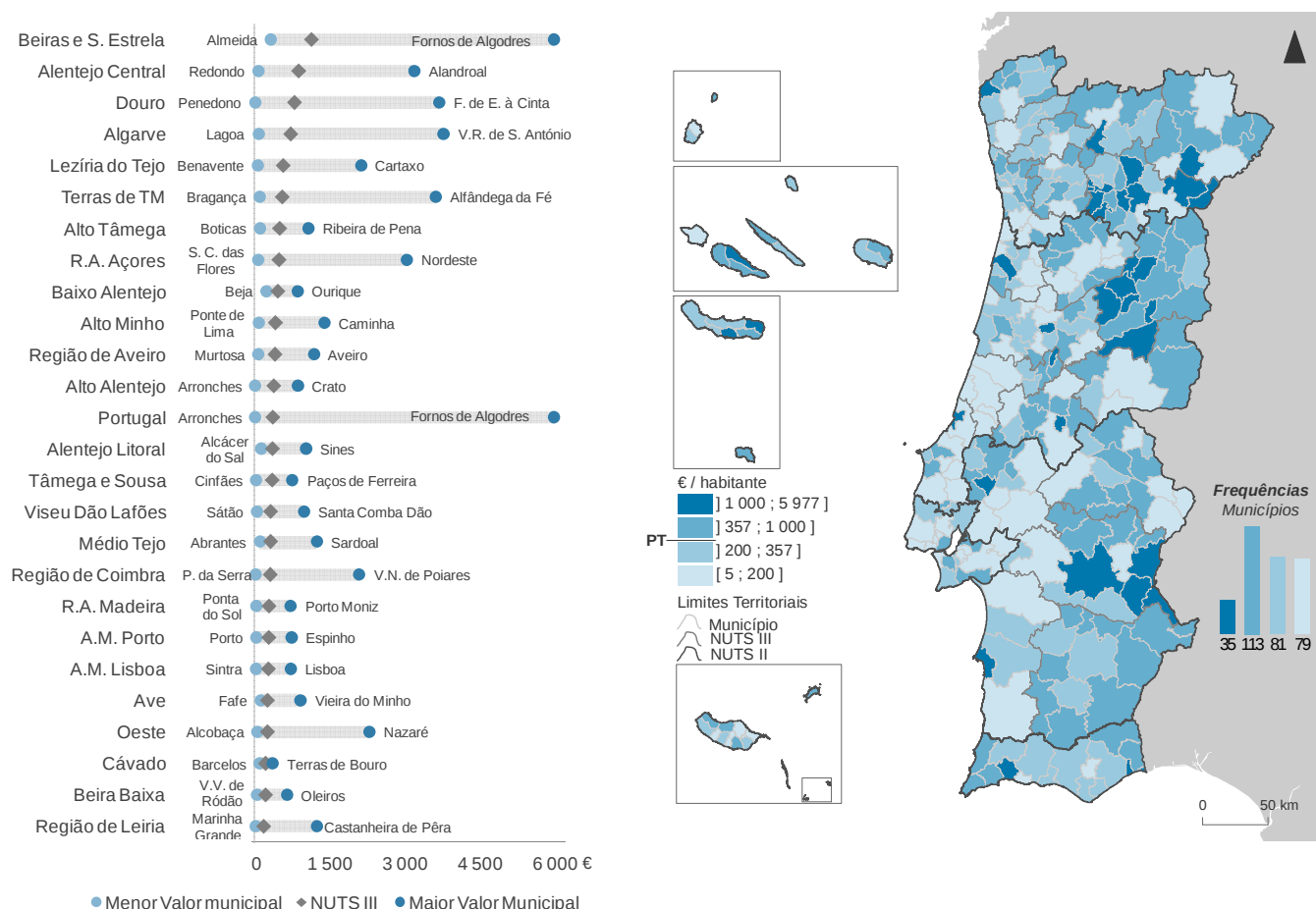
Fonte: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SIIAL).

A dívida a terceiros das câmaras municipais, em 2019, foi cerca de 3 674 milhões de euros, o que se traduziu num valor médio de 357 euros por habitante. A análise sub-regional mostra que em 13 das 25 NUTS III a dívida por habitante

registou valores inferiores à média nacional, destacando-se, com valores inferiores a 220 euros por habitante, a Região de Leiria (178 euros por habitante), a Beira Baixa (212) e o Cávado (214). Nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela (1 132), do Alentejo Central (877), do Douro (794) e do Algarve (715) o valor da dívida por habitante mais do que duplicava o valor médio nacional.

Ao nível municipal, em 148 dos 308 municípios, a dívida por habitante foi superior à média nacional. Os valores mais elevados deste indicador registaram-se maioritariamente em municípios do Interior do Continente e da Região Autónoma dos Açores. A sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentou, em 2019, a maior assimetria entre municípios considerando a dívida por habitante: o menor valor foi no município de Almeida (318 euros por habitante) e o maior em Fornos de Algodres (5 997).

Figura 9 - Dívida por habitante das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2019 Po



Fonte: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública – Direção-Geral das Autarquias Locais (SIIAL).

>> NOTA TÉCNICA

A partir desta edição, os Anuários Estatísticos Regionais iniciam um novo formato de divulgação por subcapítulo permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das sete regiões NUTS II do país.

Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#) encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação. No início de cada subcapítulo é apresentado um conjunto de indicadores de síntese para uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em português e inglês, disponibilizando hiperligações para os indicadores da Base de Dados on-line do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e respetiva metainformação.

A edição de 2020 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015.

Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a TIPAU 2014 que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR).

A divisão ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada – considera o Código da Divisão Administrativa do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e a delimitação das circunscrições administrativas do País de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pela Direção Geral do Território (DGT).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2019.